

Inflação e distribuição da renda

IGNÁCIO M. RANGEL

8/11/66

“O perfil de distribuição da renda e da riqueza está se deteriorando, em função de brutal aceleração inflacionária... Urge, portanto, interromper esse processo, promovendo-se a estabilidade dos preços”. Trata-se de passagem do artigo “A inflação brasileira e a teoria da inércia” do professor José Júlio Senna (Folha, 30.10.66).

Essa passagem comporta, como venho insistindo, um equívoco malicioso, que não mereceria reparo, de tão encontradão que é, não fora o fato de integrar uma peça pejada de coisas sapientes, a propósito desse outro mito, também tão encontradão, da inercialidade, como causa eficiente da inflação. Uma aceleração fazendo-se por força da “vis inertiae” contrariando tudo o que sabemos de inércia, tanto na física da natureza, como na física da sociedade.

Mas a denúncia de um erro não justifica outro erro. O professor Senna fica a dever-nos uma explicação de porque e como a inflação promove a desigualdade na distribuição da renda. Uma explicação que vá além do fato notório de que, se os preços sobem, sem concomitante elevação do salário, este declinará, em termos reais tornando mais desequilibrada a distribuição da renda, fato que toda dona-de-casa sabe ou julga saber.

Para começar, devo dizer que não é minha intenção dourar a pílula da inflação. Mas também não devemos cair no equívoco oposto de atribuir-lhe

tudo o que não presta em nossa vida nacional. A inflação é como a febre num organismo vítima de uma infecção: uma resposta do sistema econômico a um mal profundo. Em nossa experiência contemporânea sobrevém, ordinariamente, como uma defesa do sistema contra a recessão. Como discuti suficientemente em meu livro “A Inflação Brasileira”, de 1963, agora em 5ª edição, a desvalorização da moeda importa numa penalização da retenção de ativos líquidos, via pela qual promove investimento que não se faria

se a moeda fosse estável.

Ora, seria esdrúxulo supor que algo que promove investimentos, criando empregos, por isso mesmo, isto é, por efeito de aumento dos investimentos, pudesse resultar em redução relativa da folha salarial. Os salários, em, proporcionalmente à renda, quando o poder de barganhar dos trabalhadores declina, o que não acontece, ao contrário, quando crescem os investimentos.

Entretanto, isso não significa que a inflação seja antídoto suficiente contra a recessão. Nossa experiência demonstra que, quando a economia entra em recessão, os preços sobem, isto é, eleva-se a taxa de inflação. Esta, consequentemente, emerge como integrante da síndrome da recessão, mas creio razoável supor que, graças a ela, a inflação tende a tornar-se menos violenta do que, constantes as outras circunstâncias, seria, nas condições de moeda estável.

Ordinariamente, disse eu. Mas nada impede que os preços subam, e o façam

delirantemente, como está acontecendo agora, mesmo que a economia não esteja entrando em recessão — como não está, atualmente—. Ao contrário, parece que, desde maio, a produção industrial voltou a elevar-se, relativamente a 1987; a balança comercial continua fortemente positiva; a produção agrícola parece ir muito bem etc.

Noutros termos, esta não seria uma inflação ordinária, visto como não integra a síndrome da recessão. Muito provavelmente, tem como causa eficiente emissões não provocadas por prévia elevação dos preços. De fato, ordinariamente, os preços sobem por efeito de queda da razão oferta: demandas globais (que, injustificadamente, costumamos confundir com uma elevação da demanda, suscetível de corrigir-se por uma contração desta). Isso causa desequilíbrio na equação de trocas, com reflexos finais na caixa do sistema bancário. O governo, em última análise, emite para socorrer a caixa do sistema bancário, especialmente via Banco do Brasil.

39/85

Mas pode, também, acontecer — como creio que esteja acontecendo — que o governo se veja forçado a emitir para socorrer seu próprio caixa, o que quer dizer que a motivação profunda das emissões está no campo das finanças públicas, não no bojo da economia. Como creio que esteja acontecendo agora, inclusive para dar ao Banco Central cruzados para a compra do saldo da balança comercial. Na origem da inflação — ou da aceleração desta, pelo menos — estaria um fato perfeitamente digno de ser festejado: o saldo sem precedentes da balança comercial. Saldo que, como se sabe, não é tudo, porque não considera o subfaturamento das exportações e o superfaturamento das importações. — Quanto teria o governo que emitir para comprar o saldo verdadeiro da balança comercial?

Num caso, como no outro — isto é, na inflação ordinária, saudável resposta à recessão, ou na inflação extraordinária, cuja causa profunda está no desequilíbrio das finanças do Estado — dificilmente poderíamos surpreender um processo de redistribuição da renda contra os trabalhadores. Redistribuidora, é a recessão, especialmente se ocorrendo nas condições de violenta elevação da produtividade do trabalho, notadamente na agricultura. Milhões de camponeses são expelidos do campo pela introdução da moderna tecnologia agrícola, e vão ter às cidades, sem que aí se manifeste elevação da demanda de mão de obra. Cada trabalhador em atividade sente, às suas costas, uma fila de sombras — desocupados dispostos a tomar o seu lugar por qualquer salário.

Esta a causa profunda do desequilíbrio na distribuição da renda. A inflação não é causa eficiente desse processo. Antes é uma de suas consequências.

IGNÁCIO M. RANGEL, 75, economista, membro do Conselho Federal de Economia e ex-presidente do Conselho Regional (RJ), é autor do livro “A Inflação Brasileira”.